

As relações entre as Marinas do Brasil e dos Estados Unidos antes e após o fim do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos em 1977: percepções reproduzidas nos espaços institucionais da Marinha brasileira

Relations between the Brazilian and United States Navies before and after the end of the Brazil-United States Military Agreement in 1977: perceptions reproduced in the institutional spaces of the Brazilian Navy

Dilceu R. Pivatto Jr.*

Resumo: No pós-II Guerra Mundial, as relações entre as Marinas do Brasil e dos Estados Unidos foram revestidas por uma aproximação estratégica, entretanto, este relacionamento não se manteve igual ao longo da Guerra Fria. Este artigo consiste em apresentar as percepções reproduzidas entre os militares da Marinha brasileira sobre as relações entre as Marinas do Brasil e dos Estados Unidos. Utilizando-se da teoria construtivista, entende-se que as ideias produzidas nos diferentes espaços institucionais da Marinha poderiam proporcionar uma análise: acerca do que se pensava das relações entre as Marinas do Brasil e dos Estados Unidos; e se o fim do Acordo Militar entre os países, em 1977, gerou mudanças neste relacionamento entre Marinas. De modo que os diferentes espaços de construção do pensamento naval brasileiro fossem consultados, foram analisadas as seguintes fontes: entrevistas com autoridades da Marinha do Brasil, relatórios do Ministério da Marinha, artigos de periódicos militares, palestras proferidas e monografias da Escola de Guerra Naval.

Palavras-chave: Marinha do Brasil; Marinha dos Estados Unidos; Acordo Militar Brasil-Estados Unidos.

Abstract: After World War II, relations between the Navies of Brazil and the United States were covered by a strategic approximation. However, this relationship did not remain the same throughout the Cold War. This article aims to present the perceptions produced and shared among the Brazilian Navy servicemen regarding the relations between the Brazilian and United States Navies. According to constructivist theory, it is understood that the ideational productions of different institutional spaces of the Brazilian Navy can reveal a more accurate analysis: about what was thought about the relations between the Brazilian and United States Navies

* Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Realiza Estágio de Pós-Doutorado na UFSC.

in the 1970s and if the end of the Military Agreement between the countries really provided some change in this relationship between Navies. For this, the following sources were analyzed: interviews with Brazilian Navy authorities, reports from the Ministry of the Brazilian Navy, articles published in military journals, monographs and lectures given at the Brazilian Naval War College.

Keywords: Brazilian Navy; United States Navy; Brazil-United States Military Relations.

Considerações iniciais

No início da Guerra Fria, as relações entre as Marinha do Brasil e dos Estados Unidos foram revestidas por uma aproximação estratégica na medida em que os interesses de ambas Marinhas eram atendidos. Contudo, este relacionamento não se manteve da mesma forma ao longo da Guerra Fria, com algumas mudanças de pensamento por parte da Marinha brasileira tornando isso evidente. Na Marinha do Brasil, especialmente nos anos de 1970, identificou-se o surgimento de um novo pensamento identificado com a ideia de configuração de um poder naval balanceado com capacidades diversificadas, e que, portanto, afastava-se da ideia de uma Marinha essencialmente antissubmarino (AUTOR, 2024). Estas mudanças de pensamento nos remetem a necessidade de compreender se o fim do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, em 1977, influenciou na forma das Marinhas destes países se relacionarem. Percebe-se que aconteceram algumas mudanças nas relações militares entre os dois países, inseridas no contexto da Guerra Fria, e com isso pretende-se neste artigo apresentar as percepções produzidas e compartilhadas entre os militares da Marinha brasileira a respeito das relações, principalmente, entre as Marinhas do Brasil e dos Estados Unidos. Neste sentido, o Brasil estabeleceu certo distanciamento em relação aos interesses dos Estados Unidos no decorrer da década de 1970, rompendo assim com um ciclo de entendimentos que havia sido iniciado de forma intensiva nos anos 1940 com o advento da Segunda Guerra Mundial.¹ Desde a Segunda Guerra Mundial,

¹ Devido aos termos do Ato de Assistência de Segurança Internacional em que os Estados Unidos restringiam assistência a países que violassem os Direitos Humanos, o Brasil, que em seu regime político interno vivia uma ditadura militar, decidiu romper em 1977 o Acordo de Assistência Militar com os Estados Unidos. Este acordo assinado em 1952 havia levado aos Estados Unidos aproximadamente 3.000 militares brasileiros. Consequentemente ao fim do Acordo Militar, naquele mesmo ano, somou-se o fim da Missão Naval no Rio de Janeiro e fim das Juntas Militares Brasil-Estados Unidos, sediadas uma no Rio de Janeiro e outra em Washington. Sobre o afastamento militar

é importante destacar a existência do estabelecimento de uma forte aproximação das agendas de defesa entre Brasil e Estados Unidos, e que acabaram resultando, de certa forma, na dependência tecnológica do Brasil referente à grande potência.

No decorrer da Guerra Fria, mais precisamente a partir dos anos de 1970, as formulações estratégicas e interesses conjuntos entre os dois países começaram a se distanciar, na medida em que o Brasil se empenhou na redução de sua relação militar de clientelismo com os Estados Unidos. Ao afastar-se das relações de dependência com os Estados Unidos, a proposta autonomista brasileira direcionou suas prioridades aos projetos militares de longo prazo, com a aquisição e desenvolvimento de armamento moderno – através do incremento da industrial militar – atuando no sentido de estabelecer sua supremacia na América do Sul (SVARTMAN, 2011, p. 75-80). Neste sentido, o presente artigo pretende responder a seguinte pergunta: *o fim do acordo Militar Brasil-Estados Unidos, em 1977, influenciou de alguma maneira nas relações entre as Marinha do Brasil e dos Estados Unidos?* O período correspondente aos anos de 1967 a 1974, anterior ao fim do acordo mencionado, aponta para uma série de mudanças no cenário internacional, mudanças estas que influenciariam sobremaneira na forma de se pensar as Forças Armadas brasileiras e o papel do Brasil naquele contexto. Ademais, a literatura produzida sinalizou uma considerável diminuição na rigidez da bipolaridade EUA/URSS estabelecida, em comparação com o imediato pós-II Guerra, devido ao deslocamento das tensões do eixo Leste-Oeste para Norte-Sul. Contexto em que, segundo Cíntia Vieira Souto, os “(...) países do Terceiro Mundo, sem influência no Conselho de Segurança, começaram a utilizar as agências especiais econômicas, sociais e tecnológicas como espaços de discussão e decisão em relação ao desenvolvimento desigual” (SOUTO, 2014, p. 93).

De toda forma, destaca-se que a política internacional é uma arena competitiva e neste sentido as Marinhas servem de instrumento de poder, na medida em que proporcionam opções singulares de reação militar para um determinado país, potencialmente, sensível às mudanças de percepção de ameaças e/ou aos desdobramentos de conflitos regionais/internacionais. Em outras palavras, destaca-se que o poder de um Estado consiste nas formas deste mostrar-se capaz de agir

entre Brasil e Estados Unidos ver: HURREL, Andrew James. *The quest for autonomy: the evolution of Brazil's role in the international system, 1964-1985*. Brasília: FUNAG, 2013, p. 278s.

diante dos demais Estados e, portanto, uma forte Marinha reforça esta capacidade em relação aos outros países. Tendo como referência a literatura especializada (TILL, 2009; SPELLER, 2014; LE MIÈRE, 2014) sobre o papel político, diplomático e dissuasório do poder naval de um país, empregou-se o conceito de poder naval de maneira associada ao desenvolvimento das capacidades militares e tecnológicas que configuram uma Marinha de guerra. Assim, para se compreender as percepções reproduzidas nos espaços institucionais da Marinha do Brasil, inseridas neste contexto político-estratégico, entende-se que é impossível analisar este processo com profundidade sem destacar o papel dos avanços tecnológicos na configuração do poder naval de uma Marinha.

É a partir de um determinado estágio tecnológico alcançado que se iniciam os movimentos no sentido de apontar as limitações e capacidades deste poder naval. Sem esta observação, a abordagem dos fatores político-estratégicos torna-se insuficiente para uma análise mais precisa do pensamento naval brasileiro no contexto dos anos de 1970 e, mais precisamente, com o fim do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. Lembrando que, na Marinha brasileira dos anos de 1970, a própria insatisfação e o crescente pensamento autonomista dentro da instituição mencionavam recorrentemente as limitações do poder naval e a sua dependência tecnológica em relação aos Estados Unidos. Portanto, a conjugação tecnologia e política deve ser considerada como algo indissociável, especialmente, quando se tratando do desenvolvimento do poder naval e a aplicação deste poder enquanto instrumento político. Neste sentido, João Roberto Martins Filho (2010) destaca o fator tecnológico como algo ainda mais persistente nas Marinhas consideradas periféricas, que nas palavras do autor “[dependem] da adaptação da tecnologia militar em contextos diferentes daqueles em que foi gerada” (MARTINS FILHO, 2010, p. 57). Isso, inclusive, explica a insatisfação entre os oficiais superiores e generais da Marinha do Brasil com a dependência tecnológica e suas consequentes adaptações. Insatisfações estas que assim contribuíram consideravelmente para o crescimento de um pensamento autonomista quando se tratando do desenvolvimento tecnológico brasileiro na área da indústria naval.

Na medida em que a Marinha do Brasil estabeleceu determinadas prioridades em relação ao desenvolvimento da indústria naval brasileira, a análise das ideias produzidas envolvendo a proposta deste artigo torna-se necessária de modo que estas

ideias exercearam influência na agenda daquela instituição, e desta forma influenciaram diretamente nos processos decisórios de configuração do poder naval brasileiro. Utilizando-se da concepção teórica construtivista, entende-se que a análise das ideias produzidas possibilita um melhor esclarecimento a respeito das prioridades e entendimentos adotados nas relações entre os indivíduos de maneira geral (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993, p. 03-08). Realidade esta que se aplica aos espaços militares de produção ideacional, tendo em vista o fato de que a formulação das políticas de defesa pode ser considerada um efeito causal das ideias debatidas nos ambientes de construção do pensamento naval brasileiro. Neste sentido, Alexander Wendt (1987) enfatiza a importância de se compreender o comportamento coletivo dos indivíduos, comportamentos estes baseados em interesses e visões compartilhadas por um mesmo grupo. Em linhas gerais, entende-se que as produções ideacionais tendem a influenciar direta e indiretamente nas tomadas de decisão, e isso aplica-se aos militares no delineamento daquelas que deveriam ser as prioridades da Marinha brasileira orientadas por um determinado pensamento estratégico.

Deste modo, entende-se que as produções ideacionais disseminadas nos diferentes espaços institucionais da Marinha brasileira podem revelar uma análise mais precisa acerca do que se pensava das relações entre as Marinhas do Brasil e dos Estados Unidos nos anos de 1970. Ademais, estas produções no campo das ideias podem também revelar os indicativos se realmente o fim do Acordo Militar entre os países proporcionou alguma mudança no relacionamento entre Marinhas. Desta forma, a partir da perspectiva teórica construtivista baseada nas produções ideacionais, destaca-se que a metodologia empregada para a elaboração deste artigo foi qualitativa e de análise documental, e contou mais precisamente com a utilização: de documentos oficiais produzidos pelo Ministério da Marinha; das monografias dos oficiais-alunos da Escola de Guerra Naval (EGN); de periódicos profissionais de circulação nos meios militares; e a utilização de entrevistas com oficiais-generais da Marinha do Brasil². Vale agregar como fonte os artigos de três periódicos da Marinha

² Por conta da pesquisa para a elaboração da tese de doutorado, em 2019, o autor deste artigo foi aluno e pesquisador na Escola de Guerra Naval (EGN). Este período de estudos e de pesquisas proporcionou uma importante aproximação deste autor com as autoridades da Marinha do Brasil. Portanto, as entrevistas utilizadas neste artigo, com ex-Ministros da Marinha e ex-Comandantes da Marinha, foram realizadas neste período de estudos na Escola de Guerra Naval. Para a elaboração do presente artigo foram utilizadas as entrevistas realizadas: com o ex-Ministro da Marinha do Brasil (1990-1992),

brasileira, em especial, que publicam o “debate” existente no interior destas organizações: a *Revista Marítima Brasileira*, a *Revista da Escola de Guerra Naval* e a *Revista do Clube Naval*. Ademais, entre os principais documentos oficiais utilizados, destaque para os relatórios anuais produzidos no âmbito do Ministério da Marinha entre os anos de 1967 a 1981. Assim, e de maneira que os diferentes espaços de construção do pensamento naval brasileiro fossem consultados, comprehende-se que a aproximação do conteúdo destas diferentes fontes possibilitará a identificação das linhas de pensamento predominantes e que, ao serem compartilhadas e reproduzidas entre os militares brasileiros, circulavam nos diferentes espaços institucionais da Marinha brasileira.

Exercícios navais realizados no âmbito da UNITAS e os indicativos para as novas aquisições da Marinha brasileira

Especialmente nas primeiras décadas da Guerra Fria, de modo semelhante do que fizera a Alemanha durante a II Guerra Mundial, imaginava-se que a Marinha soviética poderia atuar contra o tráfego marítimo de longo curso e/ou de cabotagem ao largo do litoral brasileiro, com ataques realizados a partir de submarinos e de minagem das áreas de passagem estratégica. Considerava-se assim a possibilidade de incursões soviéticas serem realizadas com pequenos efetivos ao longo do litoral brasileiro em ações de sabotagem, desembarque de agentes e fornecimento de material à possíveis grupos insurgentes no país. E em uma terceira hipótese, afirmou-se também que a União Soviética poderia utilizar a sua Marinha no Atlântico Sul em proximidade com o continente americano, com as suas forças navais de superfície visando – principalmente – o ataque aos comboios. Estas três hipóteses fizeram com que a estratégia naval brasileira daquele período enfatizasse a possibilidade de um eventual conflito contra a Marinha soviética. E no caso de um conflito naval direto, salientou-se que a Marinha brasileira deveria atuar de forma combinada com as Forças Aliadas Interamericanas, adotando desta forma uma estratégia basicamente defensiva com o objetivo de proteger e manter a continuidade do tráfego marítimo. Neste sentido, em linhas gerais, observou-se que uma estratégia ofensiva seria

Almirante-de-Esquadra Mario Cesar Flores; e com o ex-Comandante da Marinha do Brasil (2003-2006), Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho.

adotada por parte do Brasil apenas nos casos em que houvessem ações insurrecionais no continente apoiadas pelos soviéticos.³

Naquele contexto, os navios de transporte comercial de maior porte – e, portanto, de maiores capacidades de carga – que não conseguiam realizar a travessia do Canal de Suez e Panamá aumentaram a importância das rotas marítimas do Sul da África, rotas estas que interligavam os oceanos Índico e Atlântico. Por conta disso, o Atlântico Sul se tornou um oceano de maior relevância na estratégia marítima internacional, tendência esta que foi gradativamente reforçada com o fechamento do Canal de Suez em 1967. Na visão das autoridades navais brasileiras, o Atlântico Sul era uma área estratégica para a União Soviética nos seus esforços em manter maior influência na África e na América do Sul. Ameaça que poderia inclusive aumentar, caso a aviação soviética obtivesse bases aeronavais no litoral africano que viabilizassem o emprego de sua aviação contra a Marinha brasileira. Neste sentido, apesar da África do Sul ser considerada militarmente limitada, dada a inexistência de uma indústria naval naquele país, uma maior aproximação com aquele país era vista de forma positiva. Isso porque a África do Sul oferece uma posição estratégica no extremo Sul do continente africano, possibilitando assim o contato entre o Oceano Atlântico Sul e o Oceano Índico. Portanto, dentro desta linha de pensamento, incentivou-se o estabelecimento de interesses comuns não somente com a África do Sul, mas sim entre os países sul-atlânticos, com o propósito de facilitar a realização de exercícios navais e ações conjuntas entre os países da região⁴ – algo que permitiria, também, uma maior presença da Marinha do Brasil em áreas marítimas distantes do litoral brasileiro.

Entre o final da década de 1960 e início dos anos 1970, o cenário de atuação da Marinha brasileira consistiu basicamente no patrulhamento das águas oceânicas com ações de presença nas áreas marítimas territoriais – visando, especialmente, a identificação de submarinos inimigos.⁵ Em entrevista, o almirante Mario Cesar Flores (2019) explicou aquilo que ele chamou de “síndrome antissubmarino”. Conforme o

³ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1971*. Arquivo da Marinha, p. 73s.

⁴ COELHO, Dimas Lopes da Silva. *A importância estratégica o Atlântico Sul dentro da conjuntura internacional: vantagens e/ou desvantagens para o Brasil*. Escola de Guerra Naval. Monografia do Curso Superior de Guerra Naval (C-SGN). Biblioteca da Escola de Guerra Naval (3-D-20). Rio de Janeiro/1969, p. 23-40.

⁵ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1971*. Arquivo da Marinha, p. 44.

almirante, a Segunda Guerra Mundial havia consagrado na Marinha brasileira a ideia de guerra antissubmarino, fazendo com que a Marinha se tornasse radicalmente obcecada a essa forma de se fazer guerra. Algo que no pós-II Guerra continuou, se tornando naquilo que ele chamou de “síndrome antissubmarino” com a Marinha brasileira apenas substituindo as ameaças dos submarinos alemães para os submarinos soviéticos. Tratava-se de uma linha de pensamento que condicionava o pensamento naval brasileiro em sua totalidade. Nas palavras de Mario Cesar Flores, naquele contexto, “os submarinos eram usados como acessório de ensino, treinamento para a guerra antissubmarino” (FLORES, 2019). Neste sentido, não se pensava em usar os submarinos enquanto arma de ataque, mas apenas como um instrumento de ensino para preparar os navios brasileiros, sobretudo, para os exercícios realizados nas Operações UNITAS por insistência da Missão Naval norte-americana no Brasil.⁶ Entretanto, tratava-se de uma realidade que sofreria algumas mudanças com a aquisição dos submarinos da Classe *Humaitá* – os *Oberon* de origem inglesa. Para o almirante Roberto de Guimarães Carvalho (2019), os submarinos da Classe *Humaitá* mudaram a maneira de se pensar dos submarinistas brasileiros. Isso porque após a entrega destes submarinos, a Marinha inglesa transferiu diversos procedimentos operacionais/táticos que ainda não eram utilizados pela Marinha brasileira fazendo com que os submarinos deixassem de ser apenas um acessório de ensino e assim se tornassem meios a serem empregados enquanto arma de ataque.⁷

Em linhas gerais, nos anos de 1970 as relações militares entre Brasil e Estados Unidos alcançaram um nível de maturidade não visto desde a II Guerra Mundial, com o Brasil optando por um relacionamento mais pragmático não obrigatoriamente alinhado aos propósitos militares dos Estados Unidos. É de conhecimento que as insatisfações por parte dos militares brasileiros foram crescentes em relação ao reduzido fornecimento de material bélico dos Estados Unidos ao Brasil. Por isso do estabelecimento das parcerias com os fornecedores europeus, que em determinados aspectos serviu para o fomento da indústria de defesa brasileira. Contudo, e de modo geral, percebe-se que apesar do fim das estruturas formais burocráticas, a partir do

⁶ Entrevista realizada com o ex-Ministro da Marinha do Brasil (1990-1992), Almirante-de-Esquadra Mario Cesar Flores. Rio de Janeiro, 15 de julho de 2019.

⁷ Entrevista realizada com o ex-Comandante da Marinha do Brasil (2003-2006), Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho. Rio de Janeiro, 18 de julho de 2019.

fim do acordo Militar Brasil-Estados Unidos e o consequente encerramento da Missão Naval norte-americana em 1977, o relacionamento militar entre os dois países manteve-se de certa maneira, por conta de uma série de fatores que atendiam interesses de ambos os lados. Tratava-se, portanto, de um processo de readaptação das realidades e não necessariamente de um rompimento das relações militares entre Brasil e Estados Unidos, até porque os norte-americanos não pretendiam perder credibilidade na América do Sul (DAVIS, 1996, p. 189-207). Tanto é que os exercícios antissubmarino realizados entre as Marinhais dos dois países foram mantidos, e neste caso as Operações UNITAS eram consideradas uma oportunidade para o aperfeiçoamento do pessoal da Marinha brasileira no contexto da Guerra Fria.

As atividades da Esquadra brasileira naquele período consistiram essencialmente em operações antissubmarino sendo recorrente o emprego do navio-aeródromo *Minas Gerais* nestes exercícios – especialmente nas Operações UNITAS⁸ em que eram empregados também contratorpedeiros, submarinos e aviação embarcada. Paralelamente ao treinamento antissubmarino, ainda na década de 1960, o Corpo de Fuzileiros Navais iniciou as Operações Dragão – em 1967, por exemplo, realizava-se a Operação Dragão III – que se tratavam de operações anfíbias de projeção de força em cabeças de praia.⁹ Estas operações se tornariam cada vez mais comuns nos anos posteriores, permitindo assim o aprimoramento dos meios utilizados e doutrinas empregadas durante e após a Guerra Fria.¹⁰ Com efeito, é importante salientar que existia naquele período o interesse entre as autoridades militares em obter a capacidade de projeção de força na Marinha brasileira, demonstrando que as operações navais não deveriam se limitar somente aos exercícios antissubmarino realizados nas Operações UNITAS.

⁸ Operações que previam, geralmente, um conjunto de exercícios de controle naval do tráfego marítimo, de defesa de ponto com a utilização de minagem submarina, e emprego de contramedidas de varredura. Ver: MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1967*. Arquivo da Marinha, p. 10.

⁹ Além da Operação Dragão – que desde sua criação ocorreu anualmente – outras operações e exercícios de natureza anfíbia foram realizados no ano de 1968, a exemplo da Operação VERITAS I. Nessa última operação mencionada a Marinha enviou o seu navio-transporte *Soares Dutra* e o contingente de 350 fuzileiros navais, para os exercícios de desembarque anfíbio na Ilha de Vieques nas proximidades de Porto Rico. Esses exercícios eram vistos pelas autoridades militares brasileiras como uma oportunidade para a Marinha brasileira aprimorar as suas técnicas de combate e desembarque de forças militares. Ver: MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1968*. Arquivo da Marinha, p. 02.

¹⁰ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1967*. Arquivo da Marinha, p. 10.

De toda forma, nas primeiras décadas da Guerra Fria, a Operação UNITAS e os exercícios navais realizados nela serviram de referência para a Marinha brasileira.¹¹ Isso porque os exercícios navais com outras Marinhas de modo geral eram considerados importantes, tendo em vista que serviriam de parâmetro para a Marinha do Brasil melhor avaliar o grau de preparo do poder naval brasileiro¹²—mesmo que inserido na estratégia naval estadunidense para a região, no contexto da Guerra Fria. Em síntese, as operações realizadas pela Marinha brasileira com as Marinhas de outros países proporcionavam o intercâmbio de experiências e novos conhecimentos. Neste sentido, na medida em que os avanços técnicos e operacionais aconteciam, gradativamente, eram atingidos níveis de maior complexidade durante os exercícios navais, em partes até então desconhecidos e/ou não colocados em prática. Além disso, estes exercícios permitiram também a presença da Marinha brasileira em áreas estrangeiras de interesse político e econômico do Brasil.¹³

Neste contexto, na medida em que eram identificadas as limitações do poder naval brasileiro, os debates promovidos institucionalmente avançavam com o propósito de rever e orientar a Marinha em relação aos meios navais que deveriam ser obtidos, bem como avaliava-se os resultados dos exercícios navais a serem aprimorados, especialmente, no Atlântico Sul. Deste modo, sem desconsiderar a segurança das linhas do tráfego marítimo e a defesa do litoral brasileiro, intensificaram-se os debates sobre os meios navais que deveriam ser adquiridos e/ou desenvolvidos para a proteção das áreas marítimas de interesse econômico do Brasil. Salientou-se, neste caso, o desenvolvimento do poder naval e o fortalecimento de seus meios – flutuantes, aéreos e também do Corpo de Fuzileiros Navais – para a proteção dos recursos marítimos do país. E assim, para antes da entrega dos novos navios previstos pelo Plano de Renovação e Ampliação dos Meios – referentes sobretudo aos navios de escolta da Esquadra previstos para o início dos anos de 1970 – enfatizou-se antes a necessidade de substituição dos navios mais velhos e obsoletos por outros mais atualizados, mesmo que usados, em condições de modernização a curto prazo

¹¹ Apesar de os exercícios se tratarem basicamente de operações antissubmarino de caça e destruição dos mesmos, a UNITAS serviu de parâmetro para a Esquadra brasileira: nas operações antissubmarino de caça e destruição; nas operações antissubmarino de proteção de comboio; e em algumas situações nas ações de superfície, defesa aérea e operações de esclarecimento – que de alguma forma eram inseridas na guerra antissubmarino.

¹² MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1971*. Arquivo da Marinha, p. 10-20.

¹³ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório Sucinto de 1969 a 1973*. Arquivo da Marinha, p. 01-04.

antes da entrega das novas unidades previstas no Plano de Renovação e Ampliação dos Meios. Ademais, é necessário destacar que estes elementos indicam que a modernização da Marinha brasileira, no decorrer dos anos de 1970, previu a construção de novas embarcações sem necessariamente descartar a possibilidade de aquisição de navios usados de origem dos Estados Unidos.¹⁴

Em 1973, o Ministro da Marinha Almirante-de-Esquadra Adalberto de Barros Nunes afirmou que o programa de construção de navios demandava tempo, e que a substituição dos navios velhos e obsoletos deveria ser feita mesmo nas situações em que os navios adquiridos não fossem novos. Salientando assim que estes navios usados deveriam estar em bom estado operacional, de modo que viabilizassem, posteriormente, uma modernização de seus sistemas de armas e instalação de lançadores de mísseis. Naquele contexto, o recebimento de navios de guerra estadunidenses gerou uma série de insatisfações, por conta dos altos custos de reparo destes navios a serem realizados nos Estados Unidos. Havia neste sentido, entre os oficiais-superiores e oficiais-generais da Marinha brasileira, a expectativa de transferência das técnicas de reparo naval para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. E para isso, previu-se inclusive a contratação de equipes norte-americanas especializadas para atender esta finalidade, com as preocupações de manutenção dos navios aumentando, sobremaneira, após o recebimento de oito contratorpedeiros¹⁵ entre os anos 1972/1973. É importante destacar neste sentido que os contratorpedeiros da Classe *Gering* atendiam alguns dos requisitos elaborados pelo Estado-Maior da Armada, para além da guerra antissubmarino, uma vez que estes navios poderiam ser adaptados para o lançamento de mísseis superfície-superfície e superfície-ar. E ainda a respeito das aquisições de navios de origem estadunidense, para as operações de desembarque anfíbio foram incorporados dois navios de desembarque: o *Duque de Caxias G-26*, e o *Garcia D'avila G-28*.¹⁶

¹⁴ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1973*. Arquivo da Marinha, p. 13.

¹⁵ Tratava-se dos contratorpedeiros: *Maranhão*, *Mato Grosso*, *Alagoas*, *Sergipe*, *Espírito Santo*, *Rio Grande do Norte*, *Mariz e Barros*, e *Marcílio Dias*. Ver: Palestra proferida pelo Ministro da Marinha Almirante-de-Esquadra Adalberto de Barros Nunes, na Escola de Guerra Naval, em 26 de outubro de 1973. *A Marinha no governo Médici*. In: Revista da Escola de Guerra Naval. Brasil. Nº 3. dezembro/1973, p. 13s.

¹⁶ Palestra proferida pelo Ministro da Marinha Almirante-de-Esquadra Adalberto de Barros Nunes, na Escola de Guerra Naval, em 26 de outubro de 1973. *A Marinha no governo Médici*. In: Revista da Escola de Guerra Naval. Brasil. Nº 3. dezembro/1973, p. 13s.

Inserida no âmbito do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, a Missão Naval norte-americana ofereceu algumas linhas de crédito para a Marinha brasileira adquirir navios e submarinos dos Estados Unidos. Linhas de crédito que, por conta das limitações financeiras do Brasil, eram frequentemente renegociadas pelos Adidos Navais brasileiros em Washington.¹⁷ Diante desta realidade, entre as autoridades da Marinha brasileira, afirmou-se que, se por um lado, os norte-americanos ofereciam oportunidades para a aquisição de navios, submarinos e empréstimos para a compra dos mesmos, por outro, aprofundavam ainda mais a dependência da Marinha do Brasil em relação aos meios navais da Marinha dos Estados Unidos. Fato é que os navios e submarinos vendidos para a Marinha brasileira¹⁸ eram usados e tecnologicamente inferiores, com os contratos de compra do Brasil com os Estados Unidos não viabilizando qualquer oportunidade de fabricação de novos meios navais – submarinos e/ou de superfície – nos estaleiros do Brasil. Entretanto, é importante observar que estas aquisições aconteceram por meio da Missão Naval norte-americana no Brasil e que neste caso existia o interesse, por parte dos dois países, de manter uma maior aproximação entre as Marinhas do Brasil e dos Estados Unidos.¹⁹

Uma parte das autoridades navais brasileiras acreditavam que a aproximação do Brasil com os Estados Unidos, envolvendo o poder naval de ambos países, não deveria se limitar apenas às questões de compra, venda ou empréstimo de navios. Assim, esta aproximação deveria se tratar de uma atuação estratégica pautada em

¹⁷ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1972*. Arquivo da Marinha, p. 39.

¹⁸ Em 1972 manteve-se, por parte do Brasil, o interesse de aquisição de três submarinos da Classe *Guppy II* – o *Guanabara* (*S-10*), o *Rio Grande do Sul* (*S-11*), e o *Rio de Janeiro* (*S-13*). Segundo na mesma linha de compras, também foram adquiridos alguns navios de superfície para a Esquadra com destaque para os navios contratorpedeiros adquiridos através de compra – o *Maranhão* (*D-33*), e o *Mato Grosso* (*D-34*) – ou então através de empréstimo como no caso do *Piauí* (*D-31*). Lembrando que no mesmo ano, havia sido comprado também o navio de transporte fluvial *Paraguassú* (*G-15*). Ver: MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1972*. Arquivo da Marinha, p. 62s. Ademais, dois navios de desembarque de carros de combate foram cedidos pelos Estados Unidos: o *Garcia D'Ávila* (*G-28*) em 1971 e o *Duque de Caxias* (*G-26*) em 1972. Sendo recebidos também sete submarinos norte-americanos, estes adquiridos pela Marinha brasileira: em 1972 o *Rio Grande do Sul*, o *Guanabara*, e o *Rio de Janeiro*; em 1973 o *Bahia*, o *Ceará*, o *Goiás*, e o *Amazonas*. Neste contexto de aquisição dos meios navais de superfície, a quantidade de navios contratorpedeiros nos anos iniciais da década de 1970 foi ampliada a partir da aquisição de dois navios deste tipo em 1972 – o *Maranhão* e o *Mato Grosso* – e seis destes navios em 1973 – o *Alagoas*, o *Rio Grande do Norte*, o *Espírito Santo*, o *Mariz e Barros*, e o *Marcílio Dias*; além da aquisição do navio de socorro e salvamento de submarinos *Gastão Moutinho*, também de origem estadunidense. Ver: MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório Sucinto de 1969 a 1973*. Arquivo da Marinha, p. 14s.

¹⁹ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1972*. Arquivo da Marinha, p. 62s.

interesses compartilhados,²⁰ e que a partir do momento em que não mais correspondesse imediatamente aos propósitos da Marinha brasileira abriria, inevitavelmente, margem para um relativo distanciamento – algo que de fato aconteceu, em 1977, com o fim da Missão Naval norte-americana. No entanto, mesmo após o fim da Missão Naval norte-americana, este distanciamento estabeleceu-se de forma breve. Em poucos anos depois, em fevereiro de 1980, o Brasil voltou a ser elegível para a realização de compras de material militar dos Estados Unidos, em decorrência da alteração da legislação²¹ estadunidense que aprovou o sistema de compras via *Foreign Military Sales (FMS)* do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Na prática, isso significou uma nova abertura de *cases* para a aquisição de material e/ou de treinamento oferecido pelas Forças Armadas dos Estados Unidos ao Brasil, retirando desta forma as restrições estabelecidas a partir da denúncia do Acordo de Assistência Militar em 1977.²²

Por sua vez, ao contrapor-se à dependência de material militar dos Estados Unidos, os militares brasileiros identificados com a crescente vertente autonomista enfatizaram que o desenvolvimento tecnológico da Marinha do Brasil refletiria, positivamente, no desenvolvimento do país, por meio: das suas pesquisas navais realizadas; da construção de navios de guerra no país; da aquisição de sistemas de armas e equipamentos na indústria brasileira; dos esforços para a nacionalização dos componentes tecnológicos/eletrônicos importados; e na criação de novas tecnologias no Brasil. Neste sentido, inclusive, alguns descontentamentos podem ser identificados a respeito da impossibilidade legal de a Marinha desenvolver e/ou adquirir as suas próprias aeronaves de asa-fixa. Entendia-se que a falta deste elemento do poder naval era algo negativo, e que enfraquecia a Marinha brasileira diante de outras Marinhas que dispunham desta arma. E ainda, somando-se a isso, outro aspecto frequentemente mencionado como insuficiente, apontava para a necessidade de se completar os estoques de peças sobressalentes, munição e

²⁰ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1972*. Arquivo da Marinha, p. 62s.

²¹ Através desta nova legislação o Brasil adquiriu o NDCC *Duque de Caxias*, e os diques flutuantes *Afonso Pena* e *Cidade de Natal*. Somando-se a essas aquisições, houve a prorrogação do arrendamento do navio oceanográfico *Almirante Câmara*. E também, iniciaram-se algumas conversações sobre a possibilidade da abertura de crédito ao Brasil para que os militares brasileiros conseguissem realizar cursos nos Estados Unidos – isso porque o orçamento da Marinha havia diminuído, estando abaixo do orçamento destinado ao Exército nos anos de 1979, 1980 e 1981. Ver: MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1980*. Arquivo da Marinha, p. IV-04s.

²² MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1980*. Arquivo da Marinha, p. IV-04s.

armamentos, bem como a aquisição de adequados sistemas de armas tanto em qualidade quanto em quantidade a serem preferencialmente desenvolvidos e fornecidos pela indústria brasileira.²³

Nos debates produzidos pela Revista Marítima Brasileira, nos anos finais da década de 1970, é possível identificar o esvaziamento das propostas de alinhamento do Brasil com a agenda estratégica dos Estados Unidos para a região. Ao contrário disso, o Brasil deveria exercer determinado predomínio enquanto potência na América do Sul. Associado a este hipotético predomínio, compreendia-se que o poder militar brasileiro deveria proporcionar um maior respaldo às decisões e ações do Brasil na região, de modo que evitasse maiores impasses com os países vizinhos. Para as autoridades da Marinha, inclusive, isso justificaria um aumento de investimentos nas Forças Armadas brasileiras, de maneira que o país conseguisse produzir e operar os meios militares necessários para a sua própria defesa e, consequentemente, de forma não condicionada ao suprimento de material externo. Aqui, algumas ideias foram apresentadas a respeito do Plano Decenal de Renovação dos Meios Flutuantes (1967-1977) no sentido de identificar as limitações da Marinha brasileira e estabelecer as características básicas de um navio, seus projetos de construção, contratos e custos resultantes. Tratavam-se de aspectos da construção naval brasileira que evidenciavam o despreparo do pessoal especializado em planejar, programar e gerenciar a construção de navios tecnologicamente modernos. Realidade esta que, sobremaneira, reforçava a importância das parcerias com empresas estrangeiras e seus respectivos avanços tecnológicos decorrentes das construções navais realizadas no AMRJ, especialmente, do processo de construção das fragatas da Classe *Niterói*.²⁴

Com relação ao desenvolvimento e construção de novos navios de guerra no Brasil, inicialmente, o pessoal técnico, empenhado na manutenção e reparo dos meios navais da Marinha, não conseguiu acompanhar os avanços tecnológicos das novas fragatas da Classe *Niterói* e dos novos submarinos ingleses Oberon da Classe *Humaitá*. Esta situação se agravou na Marinha, por conta da redução da entrada de técnicos especializados em reparos de embarcações, tendo em vista que a iniciativa

²³ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1976*. Arquivo da Marinha, p. II-20.

²⁴ COSTA, Carlos Eduardo Rodrigues da. A construção naval militar no país. *Revista Marítima Brasileira*. Ano XCIX jan./fev./mar. de 1979. Nº 1, 2 e 3, p. 20ss.

privada oferecia naquele contexto melhor remuneração do que a Marinha do Brasil.²⁵ Assim, a Marinha procurou mudar a mentalidade empresarial ao incentivar a iniciativa privada brasileira para que trabalhassem em projetos de navios e se especializassem em consultoria técnica de embarcações. Inclusive, algumas empresas brasileiras foram consultadas para a realização do projeto de um novo navio-escola da Marinha e para a construção de um navio rebocador de alto-mar. Em linhas gerais, estas medidas eram pautadas por uma política de substituição de importações de material naval, que então previa a aquisição de tecnologia naval no exterior. Tecnologia esta que, posteriormente, poderia ser transferida para a indústria brasileira de acordo com a proposta de se produzir no país os equipamentos, armamentos e munições a serem utilizadas nas Forças Armadas brasileiras.²⁶

As crescentes insatisfações na Marinha brasileira com a dependência de material bélico dos Estados Unidos

Embora tenha sido crescente as insatisfações na década de 1970, os primeiros sinais desta insatisfação, especialmente, entre as autoridades da Marinha brasileira envolvendo as condições dos seus meios navais podem ser verificadas nos anos de 1960. Dentre estas insatisfações, a obsolescência da maioria dos navios é um elemento importante a ser destacado, considerando que a maioria dos navios da Esquadra brasileira naqueles anos foram adquiridos ainda no período da Segunda Guerra Mundial. Além do mais, a não padronização destes navios dificultava a manutenção dos mesmos e comprometia qualquer iniciativa voltada para a nacionalização daqueles meios. De modo geral, estes fatores reforçaram os interesses de desenvolvimento da indústria naval brasileira, do contrário, a Marinha poderia comprometer o fornecimento das peças de reposição, essenciais para a manutenção das antigas embarcações – peças que, inclusive, em sua maioria não eram mais fabricadas nos seus países de origem. Neste sentido, destacou-se a importância da apresentação de incentivos para a indústria privada de construção de navios, com os estaleiros privados se tornando assim uma alternativa para a encomenda de navios e/ou peças de reposição. E foi então que, nos anos de 1970, observou-se a

²⁵ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha. *II Relatório do ano de 1977*. Arquivo da Marinha, p. III-24.

²⁶ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *I Relatório do ano de 1977*. Arquivo da Marinha, p. 06s.

possibilidade de os estaleiros privados funcionarem de forma complementar aos esforços da indústria naval, com o propósito de atender as demandas do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.²⁷

A partir deste contexto, a diretriz central que serviu de orientação dentro do Estado-Maior da Armada foi de nacionalização dos meios, para que viabilizasse a padronização do material utilizado pela Marinha. Consideradas as limitações tecnológicas da indústria naval brasileira, afirmou-se que o processo de nacionalização dos meios navais proporcionaria uma gradual modernização dos navios da Marinha por conta do acúmulo de experiências e procedimentos. Conforme José Carlos Coelho de Souza (1966), é a partir desta linha de pensamento que se elabora o programa para a construção de navios no Brasil, proposto no final dos anos de 1960, com previsão de duração de dez anos. Neste programa, identificou-se a necessidade de aquisição e/ou construção de novas e modernas embarcações, para assim ampliar a capacidade de atuação da Marinha brasileira. Entre os principais projetos, destaque para aquisição de novos e/ou construção no país de: fragatas antissubmarino, submarinos convencionais, navios de patrulha e varredura costeira, navios de patrulha fluvial, e de um navio-doca. Com isso, percebe-se que o debate sobre a diversificação dos meios navais e das capacidades da Marinha do Brasil esteve presente na imprensa militar brasileira desde os anos finais da década de 1960. Neste caso, a Revista *Mar: Boletim do Clube Naval* – atual *Revista do Clube Naval* – torna evidente o papel da imprensa militar na contínua circulação de ideias, especialmente, entre os membros-sócios do Clube Naval e militares de modo geral.²⁸ Ademais, com relação à *Revista do Clube Naval*, destaca-se que este periódico, além de servir de importante espaço para a divulgação e debate de ideias, serviu também de espaço para a aproximação dos militares brasileiros, por meio dos sócios do Clube Naval pertencentes à diferentes gerações de oficiais e que, evidentemente, frequentavam diversos e diferentes espaços institucionais da Marinha brasileira.

As preocupações da Marinha brasileira aumentavam neste sentido e apontavam para um relativo enfraquecimento do bloco Ocidental, com os Estados Unidos demonstrando incertezas com relação ao seu envolvimento e interferência

²⁷ SOUZA, José Carlos Coelho de. Marinha vai construir seus navios no Brasil. *Mar: Boletim do Clube Naval*. Ano 78/número 189. Rio de Janeiro, dezembro/1966, pg. 04.

²⁸ SOUZA, José Carlos Coelho de. Marinha vai construir seus navios no Brasil. *Revista Mar: Boletim do Clube Naval*. Ano 78/número 189. Rio de Janeiro, dezembro/1966, pg. 04-07.

nos conflitos fora da esfera dos países membros da OTAN. Estes descontentamentos com a dependência em relação aos Estados Unidos não se limitaram apenas aos espaços de formulação da estratégia naval e autoridades da Marinha do Brasil. Em alguns artigos publicados na Revista Marítima Brasileira é possível identificar os desdobramentos desta linha de pensamento autonomista e contestatória entre os militares brasileiros. Neste sentido, conforme José do Cabo Teixeira de Carvalho, antes mesmo de se tornar Almirante-de-Esquadra, em artigo publicado na Revista Marítima Brasileira:

“A própria Missão Naval Americana, quando solicitada pela EGN [Escola de Guerra Naval], só forneceu alguns subsídios não classificados e sem um interesse maior. [Ficando evidente] (...) a intenção dos países mais desenvolvidos tecnologicamente em resguardar seus segredos militares.” (CARVALHO, 1975, p. 23)

Neste sentido, antes mesmo do fim do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos em 1977, Mario Cesar Flores salientou que a Missão Naval norte-americana no Brasil, e a sua proposta estratégica de preparar a Marinha brasileira para uma eventual guerra antissubmarino no Atlântico Sul contra a Marinha soviética, encontrava-se em declínio desde o início dos anos de 1970.²⁹ Nas palavras do almirante Flores:

“(...) a Missão Americana entrou em declínio. Houve alguns problemas de relacionamento, inclusive, porque os Estados Unidos nunca se conformaram – suponho que até hoje, eu não sei, creio que sim – com o fato de nós avançarmos no desenvolvimento da tecnologia nuclear. [E] (...) de qualquer maneira a ideia de que a Marinha [do Brasil] tinha que se diversificar [nas suas capacidades] se sedimentou, e os submarinos passaram a ser vistos como arma. Não como acessório de ensino e sim como arma, uma arma de defesa, sobretudo, isso [este pensamento] foi desenvolvido na Escola de Guerra Naval e no Estado-Maior da Armada, nessa época eu era Subchefe de Estratégia do Estado-Maior da Armada. Se houvesse uma agressão externa de uma potência, o submarino seria uma defesa porque se fosse potência não teríamos fôlego para [responder militarmente] uma agressão de potência, e o submarino seria a arma adequada para se contrapor distante do litoral.” (FLORES, 2019).

Ademais, no plano político internacional, neste mesmo período de mudanças no pensamento naval brasileiro, o relativo equilíbrio de poder entre os Estados Unidos e a União Soviética era avaliado pelas autoridades militares brasileiras. Na visão da Marinha, na medida em que eram estabelecidos os interesses em comum por parte das duas superpotências aumentava-se o equilíbrio de poder internacional.³⁰ A

²⁹ Entrevista realizada com o ex-Ministro da Marinha do Brasil (1990-1992), Almirante-de-Esquadra Mario Cesar Flores. Rio de Janeiro, 15 de julho de 2019.

³⁰ Por parte dos militares brasileiros, em 1979, uma guerra entre os blocos liderados pelos Estados Unidos e União Soviética era algo considerado como pouco provável. No entanto, caso acontecesse

partir desta acomodação de interesses em áreas de influência, os analistas e formuladores da estratégia naval brasileira mantiveram-se atentos à permanência das bases e instalações da União Soviética na costa Ocidental africana, e que poderiam oferecer potencial apoio às forças navais e aeronavais soviéticas no Atlântico Sul. As preocupações da Marinha brasileira aumentavam neste sentido e apontavam para um relativo enfraquecimento do bloco Ocidental, com os Estados Unidos demonstrando incertezas com relação ao seu envolvimento e interferência nos conflitos fora da esfera dos países membros da OTAN – preocupações que foram confirmadas, posteriormente, com a Guerra das Falklands/Malvinas. É neste contexto de desconfianças que ocorre a denúncia, em 1977, do Acordo de Assistência Militar estabelecido entre Brasil e Estados Unidos. Mais precisamente na Marinha, os militares sentiam-se incomodados com a tentativa de ingerência estadunidense nos assuntos internos do Brasil naquilo que se chamou de “questão dos Direitos Humanos”. Insatisfações estas que se somavam às pressões exercidas pelos Estados Unidos para que fosse desfeito o acordo de compra de instalações e aquisição de tecnologias nucleares do Brasil com a Alemanha.³¹ Com efeito, tratava-se de uma conjugação de fatores que combinados intensificaram os desentendimentos dos militares brasileiros autonomistas com a agenda de potência hegemônica proposta por parte dos Estados Unidos.

Assim, o discurso governamental, que previa a criação de uma narrativa de projeção de poder e prestígio internacional, reforçou, de maneira geral, a linha de pensamento autonomista dentro da Marinha brasileira. Neste sentido considerou-se, por parte da esfera política governamental, o fato de que as estruturas de poder internacional tenderiam para uma maior interferência – direta ou indiretamente – nas potencialidades do Brasil. Contudo, na atuação externa do Brasil em conjunto com os países emergentes, previu-se o exercício de poder do país dentro das estruturas de poder estabelecidas e que configuravam o sistema internacional sob influência, e sem questionar, os Estados Unidos. Por outro lado, entende-se que a margem de atuação política internacional do Brasil foi ampliada ao utilizar-se da

qualquer conflito envolvendo potências navais a Marinha do Brasil possivelmente iria procurar se integrar ao quadro das alianças estabelecidas no bloco Ocidental – principalmente caso fosse necessária sua participação no conflito. Ver: MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha. *Relatório do ano de 1979*. Arquivo da Marinha, p. II-26.

³¹ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha. *Relatório do ano de 1979*. Arquivo da Marinha, p. II-26ss.

formulação de um pensamento militar identificado com o desenvolvimento industrial do país. Enfatizou-se, deste modo, a criação de uma estrutura de poder regional na esfera política e de independência tecnológica, desde que esta independência fosse alcançada por meio da consolidação da indústria de defesa nacional (HURREL, 2013, p. 25-33). Em linhas gerais, mesmo que o pensamento autonomista industrializante não fosse homogêneo na Marinha brasileira dos anos de 1970, o predomínio desta linha de pensamento refletiu diretamente na elaboração, e consequente aprovação, dos projetos navais a serem desenvolvidos pela Marinha do Brasil nos anos correspondentes ao final da década de 1970 e décadas seguintes.

Neste sentido, desde a presidência de Costa e Silva (1967-1969) percebe-se uma inflexão na política exterior do Brasil, que a partir daquele momento procurou utilizar-se do plano internacional para atender, de forma suplementar, o projeto desenvolvimentista brasileiro. Assumiu-se neste caso um novo modelo de inserção internacional baseado em concepções de poder identificadas com a ideia de autonomia nacional. Para tanto, o próprio Itamaraty reformulou suas estruturas e adaptou a formação de seus quadros, fornecendo ao governo chanceleres coerentes com a proposta autonomista. Inclusive, no governo Costa e Silva é que se percebe o deslocamento do conflito Leste-Oeste para as relações centro-periferia do sistema internacional, com esta leitura político-estratégica assinalando a importância de se ampliar as medidas de diálogo e cooperação entre os países do hemisfério Sul (CERVO, 2008, p. 397ss). E, portanto, comprehende-se com isso que, nos anos de 1970, a existência de um pensamento autonomista não se tratava apenas de um pensamento unicamente da Marinha do Brasil. Tratava-se de um pensamento compartilhado entre os diferentes setores das Forças Armadas com a própria diplomacia brasileira, que optou por um modelo autonomista, pautado no pragmatismo e no desenvolvimentismo, para a inserção internacional do Brasil no decorrer do regime militar.³²

³² Existe uma extensa bibliografia sobre a política externa brasileira do regime militar brasileiro, e que indica o delineamento de um modelo de inserção internacional pautado no desenvolvimento interno do Brasil. Modelo este que incluía setores de interesse das Forças Armadas, em especial da indústria de armamentos. No caso da Marinha, o pensamento político autonomista/desenvolvimentista reforçou as expectativas de desenvolvimento do poder naval brasileiro. Entre os trabalhos de política externa brasileira do regime militar, ver os trabalhos: de VISENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. 2^a ed. Porto Alegre: UFRGS, 2011; de CERVO, Amado Luiz Cervo; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3^a ed. Brasília: UNB, 2008; e de SILVA, André Luiz Reis da; SVARTMAN, Eduardo Munhoz (orgs.). *Política externa brasileira durante o regime militar (1964-1985)*. Curitiba: Juruá, 2014.

Utilizando-se da expressão “congelamento do poder mundial” atribuída ao diplomata Araújo Castro, na Marinha brasileira, por meio das publicações de Armando Ferreira Vidigal e de Mario Cesar Flores, apontou-se para os riscos deste “congelamento” de poder no cenário internacional. Neste sentido, salientou-se, de forma preocupante, que o sistema internacional ao ser ajustado por parte da moderação das superpotências, em suas respectivas áreas de influência e segurança, faria com que interesses em comum fossem compactuados entre as duas superpotências, a exemplo do direito do uso do mar e a liberdade de navegação. Diante deste contexto, os dois pensadores da Marinha do Brasil observaram que a solução deste impasse estaria no estabelecimento e fortalecimento de centros regionais de poder, capazes de atenuar a preponderância dos Estados Unidos e da União Soviética. Compreendia-se que a ordem internacional, ao atender os requisitos estabelecidos por parte das potências hegemônicas, tornaria mais frágil os contenciosos por parte dos países não identificados com as estruturas de poder estabelecidas. Cenário este que se agravaría considerando a inexistência de arranjos institucionais regionais para a resolução das tensões e conflitos entre os países insatisfeitos com a ordem internacional.³³

Ademais, afirmou-se que algumas das tensões entre países continuariam estimulando soluções através do emprego da força militar, desde que as ações desta natureza não comprometessem a estabilidade internacional e os interesses das potências centrais de modo geral. Apesar da distensão política e entendimentos entre norte-americanos e soviéticos, acreditava-se que o avanço do socialismo fazia do Brasil um país vulnerável indiretamente, em decorrência das estratégias autonomistas de outros países apoiados pela URSS. E neste sentido, Vidigal e Flores descreveram como antagônicas as relações do Brasil com os Estados Unidos no decorrer dos anos de 1970. Isso porque avaliava-se naquele momento a diminuição da dependência tecnológica brasileira nas áreas militar e nuclear, com o propósito de obter um maior protagonismo da Marinha brasileira na proteção dos recursos marítimos do país. A partir destas vulnerabilidades, pensou-se a formulação de um poder militar flexível e eficiente, com potencial para prover o respaldo necessário nas

³³ Os problemas e ameaças internacionais apontados como de maior preocupação para os países em desenvolvimento naquele contexto foram: (i) o consumo dos recursos naturais e a pressão sobre os seus detentores; e (ii) a exploração dos recursos do fundo dos oceanos e da Antártica. Ver: VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira; FLORES, Mario Cesar. *Desenvolvimento do poder naval brasileiro. Tópicos para debate*. Brasília, DF: sem edição/Confidencial, março de 1976, p. 22-25.

ações que atendessem os interesses do Brasil. De maneira geral. Algo que, conforme Vidigal e Flores, deveria acontecer de forma pragmática, sem gerar qualquer interpretação de agressividade, ou então, ser vista como medida desafiante às grandes potências (VIDIGAL; FLORES, 1976, p. 41s).

Para Armando Vidigal, os anos finais da década de 1970 evidenciaram um novo despertar da consciência marítima brasileira, com este retorno à maritimidade podendo ser identificado nos debates a respeito das principais jazidas nacionais de petróleo na plataforma continental, e que potencializariam o desenvolvimento do país. Na visão de Vidigal, a maritimidade destacada dependeria de o Brasil estar presente no continente africano e na Antártica. Estas duas regiões eram vistas como centrais para o protagonismo brasileiro e seu posicionamento internacional, com as maiores vulnerabilidades estratégicas sendo assim associadas ao uso do mar e à própria dimensão territorial continental do Brasil (VIDIGAL, 1985a, p. 120s). Percebe-se neste sentido que o pensamento político-estratégico de perfil autonomista incrementou as produções ideacionais identificadas com o fomento da indústria de material militar e de construção dos meios navais da Marinha brasileira, de forma que suas atividades atendessem a proposta de diminuição da dependência externa, especialmente na área tecnológica naval, com os Estados Unidos.

A utilização de tecnologias avançadas a curto e médio prazo não foram consideradas como algo necessário e de urgência, isso de acordo com uma concepção estratégica que consistia na finalidade de dissuadir agressões limitadas e de executar ações igualmente limitadas. Entendia-se que a adoção desta concepção permitiria a consecução de programas navais de longo prazo que envolveriam a construção de navios, aeronaves e meios anfíbios no Brasil, e que, consequentemente, atenderiam as novas diretrizes de nacionalização da maior parte dos componentes da Marinha. Enfatizou-se neste sentido a importância da seleção dos meios a serem adotados pela Marinha do Brasil, para assegurar de forma mais realista as demandas do poder naval brasileiro, como também permitir o estímulo de seu posterior desenvolvimento pela indústria nacional. Com isso, a escolha dos meios navais e seus sistemas de armas deveria ser avaliada sempre, de forma comparativa, com o que os fornecedores externos poderiam oferecer. A exemplo, da possibilidade de se optar pela utilização, ou não, de mísseis franceses de maior alcance, suas minas submarinas de alto grau de sofisticação, ou então, de adquirir as turbinas a gás inglesas ao invés do

desenvolvimento destas tecnologias. Do contrário, ao desenvolver estas tecnologias, o Brasil mesmo que fabricasse as mesmas em escala industrial, apenas conseguiria de forma modesta devido a sua moderada capacidade industrial. A partir destes fatores, Armando Ferreira Vidigal e Mario Cesar Flores observaram que a produção destes meios pela indústria brasileira deveria atender as demandas do país, de modo que não corresse os riscos de sofrer qualquer restrição externa. Apesar de não ser tão fácil, por demandar maior tempo e altos investimentos, a nacionalização era considerada a opção mais atrativa do ponto de vista do desenvolvimento de um poder naval autenticamente brasileiro (VIDIGAL; FLORES, 1976, p. 89s).

No contexto dos anos de 1970, os militares mantiveram determinada autonomia burocrática para a formulação de seu pensamento político-estratégico e consequente delimitação dos projetos prioritários das Forças Armadas. No caso da Marinha, observa-se que a construção do pensamento naval brasileiro aconteceu em meio a duas correntes de pensamento, e que de certa forma foram complementares nas décadas posteriores aos anos de 1960. A primeira corrente de pensamento tratase do pensamento autonomista que se estabeleceu nos espaços institucionais a partir das políticas elaboradas por parte, especialmente, do Estado-Maior da Armada e de acordo com as decisões do Ministro da Marinha. A outra corrente de pensamento esteve vinculada a ideia de uma Marinha com capacidades diversificadas e que se posicionava de forma contrária a ideia de uma Marinha apenas para a guerra antissubmarino (AUTOR, 2024). Portanto, principalmente nos anos de 1970, percebe-se o fortalecimento deste pensamento autonomista na Marinha brasileira, sem necessariamente o abandono completo das concepções estratégicas vinculadas à ideia de uma Marinha antissubmarino para atuar, basicamente, de forma auxiliar na Guerra Fria.

Assim, comprehende-se que nos anos de 1970 o pensamento autonomista na Marinha manteve-se consideravelmente preocupado com a guerra antissubmarino no plano político-estratégico, com este pensamento autonomista podendo ser identificado no desenvolvimento da indústria naval brasileira e avanços tecnológicos de modo geral. Paralelamente a isso, as publicações encontradas na imprensa militar e as monografias da Escola de Guerra Naval aqueceram os debates em relação ao poder naval brasileiro e à configuração das capacidades da Marinha do Brasil em decorrência das mudanças de conjuntura internacional. E ainda, somando-se a este

conjunto de fatores, é perceptível as distintas linhas de pensamento entre as diferentes gerações de oficiais da Marinha, com os oficiais-generais estando mais identificados com aquilo que aprenderam na II Guerra Mundial e, do outro lado, os oficiais-superiores mais jovens apresentando novas propostas para se pensar a Marinha. Trata-se, portanto, de um importante período de transformações na Marinha brasileira tanto em suas capacidades industriais e de modernização tecnológica quanto em seus aspectos ideacionais e de formulação da estratégia naval brasileira para as décadas posteriores. Fato é que, naqueles anos, os países industrialmente menos desenvolvidos optaram pela organização das suas Forças Armadas através de uma maior aproximação com as potências militares, e o Brasil não é uma exceção entre os países que procuram estes acordos. Por outro lado, é importante destacar que as potências centrais – Reino Unido, França, Alemanha, e Estados Unidos – apostam nestas demandas como uma oportunidade para ampliar suas esferas de influência, garantindo assim escala de produção para as suas respectivas indústrias bélicas (SVARTMAN, 2016, p. 363).

O relacionamento entre as Marinhas após o fim do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos em 1977

Em 1972, Mario Cesar Flores destacou o fato de os Estados Unidos terem influenciado na forma de diferentes Marinhas se organizarem e atuarem no cenário político internacional. No caso do Brasil, entendia-se que essa influência estava gerando impactos negativos na formulação do pensamento naval brasileiro. Conforme Flores, tratava-se de uma situação que gerava desconforto e insatisfação entre os oficiais superiores mais jovens. Em resposta a esta realidade, as insatisfações mencionadas ocasionaram um processo de mudanças de pensamento dentro da Marinha brasileira. Assim, em consequência deste processo de mudanças, foram elaboradas novas concepções para o preparo e emprego do poder naval do país, sob uma perspectiva mais autonomista nos aspectos político-decisórios e de desenvolvimento tecnológico (FLORES, 1972, p. 117). Desta forma, inaugurou-se nos anos de 1970 um novo debate envolvendo as necessidades da Marinha do Brasil em relação aos problemas internacionais, com ênfase para as questões regionais de defesa. Ademais, em meio à ideia de ampliação das áreas de atuação do poder naval brasileiro, por parte do governo brasileiro percebe-se certo afastamento das

intermitentes proposições dos Estados Unidos em relação aos arranjos de defesa coletiva continental. E que, no caso da Marinha, envolveram uma proposta dos EUA de formação da Organização do Tratado Atlântico Sul – OTAS – apoiada na ideia de cooperação com o regime colonialista de Portugal e com a África do Sul. Por outro lado, e de maneira pragmática, na medida em que a OTAS era recusada o governo brasileiro procurou o apoio diplomático dos países africanos para legitimar a expansão do Mar Territorial para as 200 milhas (VISENTINI *et al.*, 2020, p. 201).

Inserido neste contexto de indagações e de intensões que reforçavam o interesse brasileira de incrementar sua atuação na região, o pensamento autonomista existente dentro da Marinha brasileira reforçou a ideia de fazer do poder naval um instrumento de poder do Estado brasileiro em sintonia com os interesses nacionais, não mais vinculados com a estratégia naval dos Estados Unidos. E assim enfatizou-se a formatação de um poder naval apto para apoiar os interesses brasileiros sem confiar exclusivamente sua defesa às deliberações internacionais, ou então, delega-la a uma potência. Pensamento este formulado antes mesmo da Guerra das Falklands/Malvinas, indicando deste modo a descrença no sistema de defesa coletiva proposto pelos Estados Unidos por ocasião da Guerra Fria. Para tanto, o preparo e emprego da Marinha brasileira deveria atender as necessidades: (i) de proteção do tráfego marítimo para garantir as relações comerciais do país; (ii) de assegurar a exploração dos recursos naturais – minerais e/ou vivos – de seu território marítimo e correspondente subsolo; e (iii) de maior atenção para a região amazônica que naquele momento já era motivo de preocupação, dadas as particularidades da região e que poderiam exigir maiores capacidades anfíbias por parte da Marinha do Brasil (FLORES, 1972, p. 167s).

No final dos anos de 1970, as autoridades navais brasileiras consideravam um conflito direto entre as duas superpotências como algo cada vez mais improvável, pensamento este que permaneceu no decorrer dos anos de 1980. E aqui, Armando Vidigal afirmou que o desencadeamento de uma guerra generalizada entre as duas superpotências militares resultaria em um conflito nuclear de consequências inimagináveis para ambos os lados. Por conta disso, os conflitos com maiores probabilidades de acontecer seriam aqueles envolvendo as pequenas e médias potências e que apesar de restritos, em suas respectivas regiões, poderiam contar com a intervenção militar dos Estados Unidos e/ou da União Soviética. No contexto da

Guerra Fria, Armando Vidigal enfatizou ainda que os conflitos locais não envolveriam somente os países de determinada região, devido a uma possível participação das superpotências em suas respectivas áreas de influência global. Sendo este considerado um dos aspectos da guerra moderna que teria feito com que se intensificasse na Marinha brasileira a importância do desenvolvimento tecnológico direcionado para um poder militar convencional sofisticado e diversificado, pautado na flexibilidade e capacidade de resposta rápida e violenta, sem oferecer muita margem de manobra ao adversário (VIDIGAL, 1982a, p. 03s).

A partir de então, o pensamento naval brasileiro passou a considerar a inserção do país nos contextos internacional e regional, enfatizando a formulação de dois níveis de análise: o político e o estratégico. Iniciou-se, desta forma, um processo de reorientação estratégica que desvinculava o Brasil dos pressupostos da Guerra Fria, de modo que as decisões políticas externas atendessem os interesses brasileiros. Neste caso, afirmou-se que o desenvolvimento e o preparo do poder naval contribuiriam mais intensamente a partir da consecução dos objetivos desenvolvimentistas do país, não mais vinculados à esfera de influência dos Estados Unidos. No que consiste a participação brasileira na ordem internacional, dentro das capacidades do poder naval brasileiro, a formulação da estratégia naval considerou os conflitos de menor nível como sendo inerentes à dinâmica da geopolítica regional. Com isso, a guerra generalizada foi considerada improvável e a guerra regional uma possibilidade que deveria ser observada com maior atenção (VIDIGAL, 2002, p. 06-11). Posteriormente, na década seguinte, a Guerra das Falklands/Malvinas confirmaria a hipótese construída nos anos de 1970, entre os pensadores navais brasileiros, de que uma guerra generalizada não deveria ser a principal razão para a orientação, o desenvolvimento e a preparação do poder militar brasileiro.

No plano político-estratégico, enfatizou-se então a necessidade de se estabelecer uma área de atuação prioritária para o poder naval brasileiro. Com esta área devendo abranger o Atlântico ao Sul de um paralelo entre 10° e 15°N, o qual continha a parcela sul-atlântica das rotas transoceânicas de interesse brasileiro. Somando-se a isso, e de modo geral, previu-se a proteção: do tráfego de cabotagem, das águas sob jurisdição brasileira, das áreas correspondentes à fronteira marítima do país, e das águas que banhavam os países da América do Sul e do continente africano – principalmente naqueles países africanos em que o relacionamento com o

Brasil aumentava. Em um segundo cenário hipotético, não se excluiu a possibilidade de atuação do poder naval brasileiro fora do Atlântico Sul, principalmente, em situações singulares e sob a forma de cooperação com outras Marinas. Neste sentido, imaginou-se a formatação de uma Marinha oceânica composta por diferentes meios aeronavais, com a Esquadra brasileira devendo ser – ao menos no plano ideacional – composta por: aviões de patrulha baseados em terra, de longo e médio raio de ação; navios com helicópteros embarcados, com parte destes navios dotados de mísseis antinavio e antiaéreos para a defesa de área marítima; e no mínimo um navio-aeródromo, ainda que pequeno, com aviões de interceptação/ataque embarcados.³⁴

Desta maneira, na medida em que as agendas político-estratégicas do Brasil e dos Estados Unidos foram indicando menor compatibilidade de interesses, consequentemente, as relações entre os dois países, especialmente no final da década de 1970, seguiram um progressivo processo de distanciamento. Distanciamento este que não se conceve apenas no plano político ao influenciar nos acordos de transferência de armas dos Estados Unidos para o Brasil. Na Marinha, estas insatisfações se tornaram ainda mais evidentes a partir da incorporação de navios mais modernos na Esquadra. Neste caso, o episódio de aquisição das fragatas da Classe *Niterói*, entregues entre os anos de 1976 e 1980, evidenciaram este processo de insatisfações. A procura por uma maior diversificação e modernização dos meios navais da Marinha do Brasil constituiu assim um dos principais aspectos do pensamento militar autonomista daquele contexto. Ademais, estas mudanças resultaram de maneira positiva, e quase que inevitavelmente, na redução da dependência brasileira de material bélico dos Estados Unidos (SVARTMAN, 2011, p. 84-88).

Neste sentido, de acordo com Eduardo M. Svartman (2011), na segunda metade dos anos de 1970 inaugurou-se uma inflexão no modelo de aquisição militar do Brasil, com a ruptura do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, em 1977, resultando deste processo de diversificação dos fornecedores de material bélico no país. Assim, o distanciamento foi acontecendo na medida em que os Estados Unidos não mais atendiam os objetivos estratégicos formulados pelo Brasil (SVARTMAN, 2011, p. 90). Em resposta a essas insatisfações, as Forças Armadas brasileiras

³⁴ FLORES, Mario Cesar. Fundamentos instáveis e rumos incertos. *Revista Marítima Brasileira*. Ano C out./nov./dez. de 1980. Nº 10, 11 e 12, p. 69s.

empreenderam esforços para o desenvolvimento e/ou transferência de tecnologia através de contratos com empresas nacionais e europeias. Utilizando-se desta mudança de fornecedores externos, fomentar a indústria de material bélico esteve entre os principais objetivos dos militares brasileiros. Mais especificamente no caso da Marinha, a eletrônica foi o setor que recebeu maior apoio, buscando-se neste sentido também uma maior colaboração da indústria civil para a montagem de um parque de alto nível tecnológico especializado. Em síntese, a redução da dependência serviu de orientação para a ampliação da indústria de armamentos, tendo em vista que as potências industriais obstaculizavam a transferência de suas tecnologias para outros países (BANDEIRA, 2021, p. 188s).

Neste contexto, para o almirante Hermes (1979), na prática a denúncia do acordo e o fim do fornecimento de material norte-americano gerou maiores problemas para a Força Aérea Brasileira do que para a Marinha do Brasil.³⁵ Considerando o fato de que a aquisição de material bélico dos Estados Unidos para a Marinha brasileira já havia diminuído antes mesmo da denúncia do acordo. Valendo-se assim, após 1977, apenas a efetividade do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) para um eventual conflito com a União Soviética classificada como inimigo comum das Américas. Ademais, realizou-se uma comparação dos papéis exercidos pela OEA e pela OTAN, organizações vistas como similares dentro do contexto da Guerra Fria. Em palestra proferida na Escola de Guerra Naval, o Contralmirante Mario Jorge da Fonseca Hermes enfatizou que o TIAR não obrigava os Estados-membros a empregarem suas Forças Armadas sem o seu próprio consentimento. Neste sentido, nas palavras do almirante Hermes “(...) o TIAR (...) se tornava ainda mais fraco por não haver obrigatoriedade do emprego das Forças Armadas pelos Estados signatários”. Afirmando com isso que a Junta Interamericana

³⁵ A respeito da denúncia do acordo militar Brasil-Estados Unidos em 1977, o almirante Hermes expôs algumas das principais repercussões, que de imediato fizeram com que a Marinha brasileira perdesse posição dentro da Academia Naval de Anápolis. Tendo como resultado a desvinculação de uma comissão de oficiais brasileiros que trabalhavam de interpretes de português dentro da academia. Enfatizando que até aquele momento apenas o Brasil, a Inglaterra, a Alemanha Ocidental e o Japão possuíam instrutores em Anápolis. O fim do acordo militar entre os dois países resultou, também, no não envio de oficiais/alunos brasileiros para o Naval War College, por um pequeno período, nos anos de 1977, 1978 e 1979. Contudo, é importante destacar que apesar da denúncia do acordo militar Brasil-Estados Unidos, manteve-se o interesse de cooperação da Marinha do Brasil com a Marinha dos Estados Unidos. Inclusive, ao longo da crise entre Brasil e Estados Unidos as duas Marinhas serviram de elo para manter um bom relacionamento entre os dois países. Ver: Palestra proferida pelo Contralmirante Mario Jorge da Fonseca Hermes, na Escola de Guerra Naval. *O Brasil e a estratégia global norte-americana*. Rio de Janeiro, 13 de julho de 1979. Biblioteca da Escola de Guerra Naval (2-C-5), p. 11.

de Defesa (JID) se tratava de uma plataforma estratégica específica em oposição a um inimigo previamente definido: a URSS e os países socialistas do Leste Europeu, China e Cuba.³⁶

Contudo, mesmo após o fim do acordo militar havia expectativas de cooperação militar entre Brasil e Estados Unidos, até porque a estratégia estadunidense por ser de dimensão global fazia com que os Estados Unidos procurassem não deixar espaços vazios, tanto no campo político quanto no militar. Permaneceu desta forma o interesse norte-americano em melhorar seu relacionamento no campo militar com o Brasil. Por conta disso, as Operações UNITAS envolvendo a Marinha do Brasil e a Marinha dos Estados Unidos foram mantidas deixando em aberto a possibilidade de se estabelecer futuros acordos de cooperação. Caso negociado, esperava-se, por parte da Marinha do Brasil, que um novo acordo deveria inserir, em seus aspectos gerais de cooperação, a importância geopolítica do Brasil, não se limitando apenas aos processos de aquisição de navios e de material militar dos Estados Unidos. Neste sentido, destacou-se que a existência de interesses conflitantes poderia prejudicar o estabelecimento de um futuro acordo militar entre os dois países. Por outro lado, conforme Hermes (1979), salientou-se também e de forma negativa, que a estratégia dos Estados Unidos para a América do Sul teria priorizado a manutenção do equilíbrio militar entre o Brasil e a Argentina, de modo que não se estabelecesse qualquer preponderância de um destes países na região.³⁷

Com relação aos exercícios realizados na Operação UNITAS após a denúncia do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos e, consequente, fim da Missão Naval norte-americana no Brasil, Mario Cesar Flores enfatizou a funcionalidade simbólica daqueles exercícios em comparação com a importância reservada para a UNITAS até o início da década de 1970, período em que era oficial-superior. Em entrevista realizada, Mario Cesar Flores afirmou que:

“[Após o fim da Missão Americana, a UNITAS] (...) existia, mas não se dava importância a ela. O número de navios participantes decresceu bastante, (...) passou a ser meio que figurativo, faz parte da rotina fazer a Operação UNITAS, mas aquele entusiasmo que havia, eu me

³⁶ Palestra proferida pelo Contra-Almirante Mario Jorge da Fonseca Hermes, na Escola de Guerra Naval. *O Brasil e a estratégia global norte-americana*. Rio de Janeiro, 13 de julho de 1979. Biblioteca da Escola de Guerra Naval (2-C-5), p. 13-16.

³⁷ Palestra proferida pelo Contra-Almirante Mario Jorge da Fonseca Hermes, na Escola de Guerra Naval. *O Brasil e a estratégia global norte-americana*. Rio de Janeiro, 13 de julho de 1979. Biblioteca da Escola de Guerra Naval (2-C-5), p. 17s.

recordo quando fui oficial de logística do Estado-Maior [da Armada], o pensamento era preparar os navios para a UNITAS, era uma obsessão ‘temos que preparar os navios para a UNITAS!’ sobretudo os destroieres e os contratorpedeiros. Isso cessou.” (FLORES, 2019).

A partir de uma reavaliação realizada sobre a conjuntura política internacional e regional, na elaboração da estratégia naval brasileira estabeleceu-se os parâmetros para o desenvolvimento do poder naval brasileiro de forma que a Marinha dispusesse de métodos dissuasórios, com o propósito de evitar conflitos armados diretos. Mesmo com o fim do Acordo de Assistência Militar entre Brasil e Estados Unidos, os grupos autonomistas dentro da Marinha brasileira reconheceram as limitações do poder naval brasileiro. E isso fez com que se enfatizasse a não pretensão brasileira de se antepor isoladamente contra países de maior capacidade naval, a exemplo da Marinha soviética. Com relação aos cenários hipotéticos de guerra generalizada, a participação da Marinha brasileira deveria ser gradual e complementar, na medida em que se integrasse aos esforços de guerra dos países aliados de maior capacidade militar e de poder naval distinto. Neste caso, a tradicional aliança da Marinha do Brasil com a Marinha dos Estados Unidos, desde a aproximação e posterior atuação dos dois países durante as duas Guerras Mundiais, seria mantida antevendo-se neste sentido os cenários de guerra generalizada.³⁸ Portanto, comprehende-se com isso que a ruptura do Acordo Militar e o consequente fim da Missão Naval norte-americana, em 1977, não significaram necessariamente o rompimento total das relações entre as duas Marinas. Percebe-se neste sentido um afastamento envolvendo as diferentes visões estratégicas produzidas nas Marinas do Brasil e dos Estados Unidos para atuarem no Atlântico Sul. Afastamento este acompanhado também por um intenso esforço, por parte da Marinha do Brasil, direcionado para o desenvolvimento da indústria naval brasileira e, consequente, diminuição da dependência de material militar dos Estados Unidos.

De maneira geral, ainda nos anos de 1970, Armando Ferreira Vidigal e Mario Cesar Flores atentaram, frequentemente, para o fato de as potências militares estarem evitando grandes conflitos, de modo que ao menos se limitassem as hostilidades e a radicalização dos efeitos de conflitos de grandes dimensões. Para isso, as potências teriam se utilizado das organizações internacionais e das intervenções militares diretas características dos conflitos regionais de curta duração.

³⁸ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha. *II Relatório do ano de 1978*. Arquivo da Marinha, p. II-25s.

Em resposta a essa tendência de guerras regionais, reforçou-se a importância da dissuasão militar como sendo o principal componente do poder moderador das relações internacionais. Sob a perspectiva do quadro político internacional, segundo Vidigal e Flores, o processo de formulação da estratégia militar brasileira deveria considerar como improvável – mas não impossível – uma guerra convencional ou nuclear generalizada entre Estados. A partir desta linha de pensamento, não se descartou o cenário de uma possível agressão militar de uma grande potência contra o Brasil, dadas as circunstâncias de imprevisibilidade daquele contexto mundial. Respeitando os limites da capacidade do poder militar brasileiro, salientou-se que a participação do Brasil em conformidade com a ordem internacional deveria considerar os conflitos de menor nível na formulação de sua estratégia, especialmente quando se referindo às dinâmicas da geopolítica regional sul-americana (VIDIGAL; FLORES, 1976, p. 28s).

Percebe-se desta maneira que, a partir dos anos de 1970, o Brasil procurou anunciar novas intenções voltadas para a consolidação do protagonismo brasileiro na região. Protagonismo este apoiado no desenvolvimento industrial voltado para a produção de armamentos e de equipamentos de emprego militar, com o propósito de melhor atender as demandas reivindicadas por parte das Forças Armadas brasileiras. Conforme Amit Gupta (1997), o Brasil, na medida em que foi se afastando da esfera de influência e de poder norte-americana, delimitou a necessidade de criação de novas capacidades militares para a consolidação de seu poder regional. Assim, a formação de uma estrutura regional de poder se estabeleceria com o objetivo de propor a reconfiguração do sistema internacional – não de forma contestatória, mas sim almejando um melhor tratamento direcionado às potências regionais. Neste sentido, Gupta destacou que as intenções das potências regionais dependiam da modernização de suas Forças Armadas e da implementação de novas doutrinas militares, afastadas das agendas de segurança das potências militares (GUPTA, 1997). Deste modo, comprehende-se que o Brasil, naquele contexto, esteve interessado na reavaliação e, posterior, reconfiguração das relações entre o centro e a periferia do sistema internacional, ao defender uma maior contenção dos privilégios dos países

centrais³⁹ – privilégios estes baseados, de acordo com Helio Jaguaribe (1979), no enquadramento de um sistema assimétrico de poder.

Considerações finais

A obsolescência dos navios da Marinha brasileira e a dependência de material militar dos Estados Unidos, ao aumentarem os níveis de insatisfação entre os militares brasileiros, fizeram com que outros mercados de armamentos fossem procurados por parte do Brasil. Os efeitos deste processo refletiram diretamente no surgimento de um novo pensamento na Marinha do Brasil, inclinado para o desenvolvimento autônomo dos meios navais que configurariam o poder naval brasileiro. Com isso, a importância militar dos Estados Unidos diminuiu gradualmente, especialmente, na visão compartilhada entre os oficiais-superiores e oficiais-generais mais jovens que se deparavam com uma Marinha limitada em suas capacidades operacionais. Neste sentido, a guerra antissubmarino não mais atenderia os requisitos de um poder naval em processo de reconfiguração, que então passou a prever uma maior diversificação de seus meios e capacidades de modo geral. A partir desta realidade, os fornecedores europeus de armamentos serviram de alternativa tanto para a retomada do desenvolvimento da indústria naval brasileira quanto para a redução da dependência dos meios navais oferecidos pelos Estados Unidos.

Com efeito, as mudanças no pensamento naval brasileiro envolveram uma variedade de espaços institucionais da Marinha do Brasil, conforme evidenciaram as fontes consultadas e utilizadas na elaboração do presente artigo: os relatórios ministeriais, os artigos de revistas militares, as palestras proferidas na Escola de Guerra Naval e as entrevistas com autoridades da Marinha do Brasil. Neste sentido, o *fim do acordo Militar Brasil-Estados Unidos, em 1977, influenciou de alguma maneira nas relações entre as Marinhas do Brasil e dos Estados Unidos?* Na medida em que as propostas identificadas com a ideia de uma Marinha mais autônoma promoveram uma forma diferente de se pensar o poder naval brasileiro, os militares brasileiros delimitaram com maior clareza as demandas da Marinha do Brasil e, consequentemente, sedimentou-se a ideia de que o Acordo Militar entre Brasil e

³⁹ Por países centrais do sistema internacional, entende-se os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental. Esta centralidade baseia-se no elevado nível de desenvolvimento econômico e militar destes países e também na, consequente, capacidade destes de influenciar, direta e/ou indiretamente, nos assuntos econômicos e militares dos demais países que compõem o sistema internacional.

Estados Unidos não mais atendia os critérios debatidos nos diferentes espaços institucionais da Marinha do Brasil. Espaços estes que envolveram desde os ambientes de ensino e de formação do oficialato, a exemplo da Escola de Guerra Naval, até os mais altos postos de tomada de decisão, por parte das autoridades militares, inseridos na estrutura burocrática da Marinha do Brasil. Ademais, evidenciou-se que, em 1977, o fim do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos não gerou grandes preocupações entre os militares da Marinha do Brasil, tendo em vista que as novas diretrizes que orientaram o pensamento naval brasileiro naquele contexto foram estabelecidas de modo independente e afastadas dos propósitos estratégicos delimitados pela Missão Naval norte-americana. Inclusive, neste sentido, é importante destacar que o planejamento político-estratégico e de desenvolvimento tecnológico de uma Marinha, especialmente das Marinhas consideradas periféricas, geralmente requerem a elaboração de uma série de programas a serem implementados a longo prazo e que, portanto, no caso da Marinha brasileira não seria o fim de um acordo militar que comprometeria este complexo planejamento.

Por fim, as percepções reproduzidas nos espaços instituições revelaram que as relações entre Marinhas apresentaram maiores mudanças em relação ao entusiasmo e diminuição da prioridade reservada aos exercícios realizados no âmbito da UNITAS, principalmente, após o fim do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. Ao ser encerrada a Missão Naval norte-americana no Brasil, os exercícios navais de treinamento e aperfeiçoamento do pessoal da Marinha brasileira para uma eventual guerra antissubmarino tornaram-se uma das tarefas da Marinha do Brasil, dentre outras, que deveriam configurar as capacidades do poder naval brasileiro. Assim, a proposta de diversificação das capacidades da Marinha do Brasil cristalizou-se tanto na esfera das produções ideacionais quanto na elaboração da estratégia naval brasileira, conforme registrado nos documentos oficiais e também publicado na imprensa militar consultada. Fato é que os exercícios nas Operações UNITAS foram mantidos com o propósito de assegurar uma relativa aproximação entre as duas Marinhas. Portanto, vale salientar, que o fim do Acordo Militar entre os dois países não resultou necessariamente numa total ruptura nas relações entre as Marinhas do Brasil e dos Estados Unidos, até porque a Marinha brasileira não se posicionou de forma contestatória em oposição à potência militar do Hemisfério Norte. Tanto é que, mesmo entre os militares brasileiros identificados com o pensamento autonomista e

industrializante, não foram descartados por completo os cenários hipotéticos em que exigissem uma atuação conjunta entre Marinha na eventualidade de conflitos regionais e/ou guerras de dimensões globais.

Fontes consultadas/utilizadas:

Entrevista com o ex-Ministro da Marinha do Brasil (1990-1992), Almirante-de-Esquadra Mario Cesar Flores. Rio de Janeiro, 15 de julho de 2019.

Entrevista com o ex-Comandante da Marinha do Brasil (2003-2006), Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho. Rio de Janeiro, 18 de julho de 2019.

MARINHA DO BRASIL. *Normas para o Plano Diretor* – sistemática detalhada. Ministério da Marinha/1967. Arquivo da Marinha. Nº 66.718. Caixa: 51.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1967*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1968*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1969*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Serviço de Relações Públicas da Marinha. *Programa de Construção Naval* [dezembro de 1970]. Arquivo da Marinha. Nº 68.466. Caixa: 107.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1970*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório Sucinto de 1969 a 1973*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório Sucinto de 1970 a 1972*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1971*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1972*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1973*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1974*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1975*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. *Programa Decenal de Reaparelhamento da Marinha*. Edição 1976. Estado-Maior da Armada. Exemplar: 008. Arquivo da Marinha. Nº 78.000. Caixa: 547.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha. *Programa de Reaparelhamento da Marinha [1976]*. Arquivo da Marinha. Nº 75.208. Caixa: 477.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1976*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *I Relatório do ano de 1977*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha. *II Relatório do ano de 1977*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Missão Naval Americana. *Sistema de gerenciamento de projetos*. Volume III 78/10016. [ano de 1978]. Arquivo da Marinha. Nº 75.758. Caixa: 495.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha. *I Relatório do ano de 1978*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha. *II Relatório do ano de 1978*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1979*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1980*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1981*. Arquivo da Marinha.

Palestra proferida pelo Ministro da Marinha Almirante-de-Esquadra Adalberto de Barros Nunes, na Escola de Guerra Naval, em 26 de outubro de 1973. **A Marinha no governo Médici**. In: Revista da Escola de Guerra Naval. Brasil. Nº 3. dezembro/1973, p. 09-29.

Palestra proferida pelo Contra-Almirante Mario Jorge da Fonseca Hermes, na Escola de Guerra Naval. **O Brasil e a estratégia global norte-americana**. Rio de Janeiro, 13 de julho de 1979. Biblioteca da Escola de Guerra Naval (2-C-5).

Referências Bibliográficas:

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil-Estados Unidos:** a rivalidade emergente (1950-1988). 4^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CARVALHO, José do Cabo Teixeira de. Desenvolvimento tecnológico da guerra eletrônica. **Revista Marítima Brasileira.** Ano XCV. Jul., agosto e set. de 1975 - Nº 7, 8, e 9. pg. 15-54.

CASTRO, José Augusto Araújo de. **O continente americano dentro da problemática mundial.** Publicação do Colégio Interamericano de Defesa, junho de 1971.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** 3^a ed. Brasília: UnB Editora, 2008.

COELHO, Dimas Lopes da Silva. **A importância estratégica o Atlântico Sul dentro da conjuntura internacional:** vantagens e/ou desvantagens para o Brasil. Escola de Guerra Naval. Monografia do Curso Superior de Guerra Naval (C-SGN). Biblioteca da Escola de Guerra Naval (3-D-20). Rio de Janeiro/1969.

COSTA, Carlos Eduardo Rodrigues da. A construção naval militar no país. **Revista Marítima Brasileira.** Ano XCIX jan./fev./mar. de 1979. Nº 1, 2 e 3, p. 19-64.

DAVIS, Sonny B. **A brotherhood of arms:** Brazil-United States military relations (1945-1977). Colorado: University Press of Colorado, 1996.

DAVIS, Sonny B. Brazil-United States relations in early post-World War II era. **Revista Diálogos.** Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. N. 6, 2004.

FINNEMORE, Martha. **National interests in international society.** Ithaca: Cornell University Press, 1996.

FLORES, Mario Cesar. **Panorama do poder marítimo brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1972.

FLORES, Mario Cesar. Poder naval – fundamentos instáveis e rumos incertos. **Revista Marítima Brasileira.** Ano C out./nov./dez. de 1980. Nº 10, 11 e 12, p. 57-72.

GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert O. (Orgs.). **Ideas and foreign policy.** Beliefs, institutions, and political change. Ithaca and London: Cornell University Press, 1993.

GUPTA, Amit. **Building an Arsenal:** the evolution of Regional Power Structures. Westport: Praeger publishers, 1997.

HURREL, Andrew James. **The quest for autonomy:** the evolution of Brazil's role in the international system, 1964-1985. Brasília: FUNAG, 2013.

JAGUARIBE, Helio. Autonomía periférica y hegemonía céntrica. **Estudios Internacionales**, n. 49, abr.-jun. 1979, pp. 91-130.

LE MIÈRE, Christian. **Maritime Diplomacy in the 21st Century**. Oxon / New York: Routledge, 2014.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A Marinha brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910**: tecnologia, forças armadas e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SILVA, André Luiz Reis; SVARTMAN, Eduardo Munhoz (Orgs.). **Política externa brasileira durante o regime militar (1964-1985)**. Curitiba: Juruá, 2014.

SPELLER, Ian. **Understanding Naval Warfare**. Oxon / New York: Routledge, 2014.

SOUTO, Cíntia Vieira. **Governo Médici**: a busca da autonomia dentro das regras do jogo (1969-1974). In: SILVA, André Luiz Reis; SVARTMAN, Eduardo Munhoz (Orgs.). Política externa brasileira durante o regime militar (1964-1985). Curitiba: Juruá, 2014, p. 85-124.

SOUZA, José Carlos Coelho de. Marinha vai construir seus navios no Brasil. **Mar: Boletim do Clube Naval**. Ano 78/número 189. Rio de Janeiro, dezembro/1966.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Brazil-United States Military Relations during the Cold War: Political Dynamic and Arms Transfers. **Brazilian Political Science Review** (BPSR) (2011) 5 (2), 75-93.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. O Exército brasileiro e a emulação dos modelos francês e estadunidense no século XX. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro v. 22 n. 2, p. 361-380, mai./ago. 2016.

TILL, Geoffrey. **Seapower**. A guide for the Twenty-First. Second Edition. Oxon / New York: Routledge, 2009.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira; FLORES, Mario Cesar. **Desenvolvimento do poder naval brasileiro**. Tópicos para debate. Brasília, DF: sem edição/Confidencial, março de 1976.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **O emprego político do poder naval**. Rio de Janeiro: sem edição/publicação interna da Escola de Guerra Naval, 1982a. Biblioteca da Escola de Guerra Naval – Cad. 81969. Ex: 96758.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **A evolução da Marinha brasileira**: uma síntese político-estratégica. Escola de Guerra Naval: ensaio sem data de publicação, circa 1982b. Biblioteca da Escola de Guerra Naval (7-E-31).

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro**. 3^a ed. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1985.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro:** meados da década de 70 até os dias atuais. Rio de Janeiro: Clube Naval, 2002.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro.** 2^a ed. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

VISENTINI, Paulo Fagundes *et al.* **História da África e dos africanos.** 4^a ed. Petrópolis: Vozes, 2020.

WENDT, Alexander. The agent-structure problem in International Relations theory. **International Organization**, Vol. 41, No. 3 (Summer, 1987), pp. 335-370.

WENDT, Alexander. Constructing International Politics. **International Security**, Vol. 20, No. 1 (Summer, 1995), pp. 71-81.

Recebido em Outubro de 2024
Aprovado em Junho de 2025